

ILUMATIC S/A ILUMINAÇÃO E ELETROMETALÚRGICA
Rua Telmo Coelho Filho, 120 (Altura do Km 14,7 da Rodovia Raposo Tavares)
CEP. 05543-020 Vila Albano São Paulo – SP Brasil
CNPJ. 61.276.226/0001-04 I.E. 104.032.742.112
Fone: 55 11 2149-0299 Fax: 55 11 2149-0244
www.ilumatic.com.br ilumatic@ilumatic.com.br

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

Pregão Presencial nº 16/2015

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de Lâmpadas, Luminárias, Reatores e Rele Fotoeletrônico.

Abertura: 30/01/2015 às 14:00 h.

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

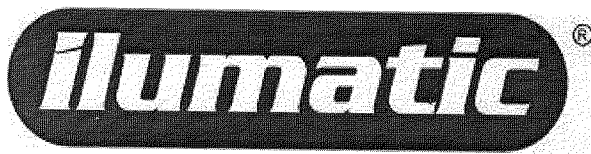
Prezado (a) Pregoeiro (a),

Tomamos conhecimento do Edital de Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015** com previsão de abertura para **06.04.2015** e analisando o **OBJETO**, fazemos os seguintes pedidos de **ESCLARECIMENTOS**:

a) No tocante a aquisição das luminárias nos itens 09 e 10 especificada, verifica-se que a Administração descuidou-se de adotar a fixação do regime obrigatório das normas para comprovação das características **elétricas e mecânicas**, o que acarretará na aquisição de equipamentos que não atendam a norma **NBR 15129:2012 (Luminárias para iluminação Pública – Requisitos Particulares)**. Outrossim, os Gestores Municipais deixaram de exigir apresentação de ensaios de tipo mecânico (comprovação do Grau de Proteção IP 65) previstos na **ABNT NBR IEC 60598-1:2010 (Requisitos gerais para ensaios)**, o que viola a Lei nº 4.150/62, podendo gerar responsabilidade funcional ao gestor público e **pregoeiro**. Nesse particular, aquele que adquire equipamento inobservando sobreditas normas, assume para si, o risco que essa opção poderá causar – lesão ao erário ou risco a segurança da população – concorrendo de alguma forma para o evento culposo. Visando ilustrar o tema aqui demonstrado, remetemos recente artigo publicado pela CONSULEX - L & C – Revista de Administração Pública e Política nº 190 – Ano XVII – abril de 2014 com o título: **Gestor público pode ser responsabilizado na aquisição de luminárias para iluminação pública que não atendam as normas da ABNT**.

b) Considerando a relevância do exposto no item “a” e visando afastar empresas que poderão oferecer produtos fora da norma o que poderá causar **LESÃO AO ERÁRIO**, requer seja retificado o edital bem como seja exigido ensaios de tipo para comprovação de qualidade do equipamento, podendo ser adotada a seguinte redação: **Ainda na condição de contratação, a Administração deverá exigir da empresa vencedora a apresentação dos laudos de ensaios de laboratório nacional ou internacional acreditados pelo INMETRO conforme norma ABNT para as LUMINÁRIAS especificadas no OBJETO, sendo vedada à apresentação de ensaios de laboratórios de empresas que pertençam ao mesmo grupo econômico das licitantes**. Os ensaios a serem apresentados **OBRIGATORIAMENTE** são:

- a) Ensaios de grau de Proteção ótico/alojamento (comprova o grau de proteção exigido no Edital)
- b) Ensaio de rendimento óptico/fotometria (comprova a eficiência luminosa exigida no edital)

**ILUMATIC S/A ILUMINAÇÃO E ELETROMETALÚRGICA**

Rua Telmo Coelho Filho, 120 (Altura do Km 14,7 da Rodovia Raposo Tavares)
CEP. 05543-020 Vila Albano São Paulo – SP Brasil
CNPJ. 61.276.226/0001-04 I.E. 104.032.742.112
Fone: 55 11 2149-0299 Fax: 55 11 2149-0244
www.ilumatic.com.br ilumatic@ilumatic.com.br

- c) Ensaio de vibração (confere segurança de que a luminária não desprenderá de sua fixação e manterá os componentes elétricos intactos)
- d) Ensaio de proteção contra impactos mecânicos IK (vandalismo)

c) Importante destacar que se o Município não fixar no instrumento convocatório as normas ABNT que devem ser seguidas de forma objetiva, bem como estabelecer quais os ensaios de tipo que devem ser apresentados, não poderá exigir da licitante vencedora após sua adjudicação, vez que a licitação será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa e principalmente **da vinculação ao instrumento convocatório**. (art. 3 da Lei nº 8.666/93).

d) O não acolhimento dos pedidos formulados e/ou ausência de justificativas plausíveis a ensejar as alterações que se mostram abusivas e ilegais, ensejará a imediata apresentação de impugnação.

OBS: a questão já foi apreciada pelo **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO** por meio do Acórdão nº 1.338/2006 de 02.08.2006 decidindo sobre a obrigatoriedade da aplicação das normas da ABNT em todos os Editais. Assim, consoante a **SÚMULA nº 222** do TCU, ***“as Decisões do Tribunal de Contas da União, relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislar, devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”***.

São Paulo, 24 de Março de 2015.

Marcelo Gonçalves Rodrigues
Encarregado de Licitações
Tel: 11 2149-0251
Email: licitacoes@ilumatic.com.br



COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
ESCLARECIMENTO PREGÃO PRESENCIAL N.º 016/2015.

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, através de seu Pregoeiro, designado pela Portaria n.º 001/2015, torna público e para conhecimento dos licitantes que realizamos o seguinte esclarecimento referente ao Pregão Presencial n.º 016/2015.

- A empresa ILUMATIC S/A solicita esclarecimento quanto não solicitação de ensaios em especial em luminárias, inclusive sita a NBR 15129:2012.
- Temos a esclarecer que tal obrigatoriedade está especificada na minuta de Contrato no anexo VII – Minuta de Contrato, página 77/85 onde na Cláusula Sexta, Obrigações da Contratada está assim descrito:
- **6.1.2** - Quando da entrega das Lâmpadas, Luminárias, Reatores e Relés Fotoeletrônicos, apresentar os ensaios de Tipo conforme NBR específica do objeto deste Contrato;
- Assim tal obrigatoriedade deve ser atendida por todos os licitantes contratados.
- Agradecemos a Vossa preocupação, que também é nossa, e temos como meta comprar produtos de qualidade, com preço justo e igualdade para todos.

Permanece inalterada a data de aberta, estabelecida para o 06 de abril de 2015, as 9:00 horas, em função de que não houve alteração de objeto e de valores.

Sendo o que se apresenta para o momento, manifesto protestos de consideração e apreço.

Campo Largo, 26 de março de 2015.

Antonio Grochoski
Pregoeiro